

da propriedade, o interesse público ou a incomodidade resultante das vizinhanças do estabelecimento.

E para constar se publica o presente edital que vai ser afixado nos lugares do costume, publicado no *Diário da República* e num jornal local.

E eu, ..., Chefe da Divisão da Gestão Urbanística, subscrevo.

27 de Abril de 2009. — A Presidente de Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

301728365

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

Aviso n.º 10249/2009

Procedimento concursal comum para contratação de três assistentes operacionais no regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, faz-se público que, por Despacho do Sr. Presidente desta Câmara Municipal, datado de 20 de Abril de 2009, se encontra aberto, o procedimento concursal comum para os postos de trabalho supra mencionado.

Levando em conta os princípios da racionalização e da eficiência, que devem presidir à actividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho de acordo com o n.º 4, do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, deverá proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas:

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

1 — Identificação do acto — A abertura de Procedimento Concursal Comum de contratação para três postos de trabalho correspondente à categoria de Assistentes Operacionais.

2 — Posto de Trabalho a ocupar e modalidade da Relação Jurídica — 3 Contratos de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, para o exercício de funções de Assistentes Operacionais.

3 — Prazo de validade — nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Portaria, o procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

4 — Local de Trabalho — Câmara Municipal de Sines/Departamento de Obras e Serviços Urbanos/Serviço de Espaços Verdes.

5 — Caracterização do Posto de Trabalho — Cultivar flores, árvores e outras plantas, sendo responsável por todas as operações inerentes à sua conservação, proceder à limpeza e conservação de espaços verdes públicos. Executar tarefas de apoio elementares de carácter manual indispensáveis ao funcionamento do sector.

6 — Posição remuneratória: Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

7 — Requisitos Gerais de Admissão (artigo 8.º da LVCR):

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) Ter 18 anos completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8 — Requisitos de vínculo — Os referidos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 12-A/2008.

9 — Habilitações exigidas — Escolaridade Obrigatória.

10 — Não é possível substituir as habilitações exigidas por formação ou experiência profissional.

11 — Não podem ser admitidos candidatos, que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira sejam titulares da categoria, e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço, idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.

12 — Forma e Prazo de Candidaturas — A apresentação da candidatura é efectuada em suporte de papel através do preenchimento de formulário tipo. A candidatura deve ser

entregue, no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação na 2.ª série do Diário da República (artigo 26.º da Portaria).

13 — Local — As candidaturas poderão ser entregues pessoalmente (ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado), no Sector de Recrutamento e Selecção (Largo Ramos da Costa, n.º 21, 7520-159 Sines), das 9 horas às 17 horas.

14 — A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, de fotocópia legível do certificado de habilitações, fotocópia do bilhete de identidade, fotocópia do cartão de contribuinte.

14.1 — Na apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, devem os candidatos declarar no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos, bem como aos demais factos constantes na candidatura.

14.2 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

14.3 — Assiste ao júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 — Métodos de selecção — Prova Oral de Conhecimentos (POC), Avaliação Psicológica (AP) e Entrevista Profissional de Selecção (EPS), com as seguintes ponderações:

Prova Oral de Conhecimentos (POC) — Ponderação de 45 %.

Avaliação Psicológica (AP) — Ponderação de 25 %.

Entrevista Profissional de Selecção (EPS) — Ponderação 30 %.

Valoração final (VF) = 0,45 % POC + 0,25 % AP + 0,30 % EPS.

15.1 — Prova Oral de Conhecimentos — A Prova Oral pretende avaliar conhecimentos relacionados com a preparação de terreno para execução de espaços verdes, nomeadamente operações de plantação, sementeira, podas, mondas, tutoragem, entre outras. Avaliará também a diferença entre plantas de folha caduca e persistente, diferença entre plantas vivazes e da época. Diferenciar com exemplos espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas.

15.2 — Avaliação Psicológica — A avaliação psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

A avaliação psicológica é valorada da seguinte forma:

a) Em cada fase intermédia do método, através das menções de Apto e Não Apto;

b) Na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado, através dos níveis classificativos de Elevado: 20 valores; Bom: 16 valores; Suficiente: 12 valores; Reduzido: 08 valores; Insuficiente: 04 valores.

15.3 — Entrevista Profissional de Selecção — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

15.3.1 — Aspectos a avaliar: Qualidade da experiência profissional; Capacidade de relacionamento interpessoal; Motivações e interesses.

15.3.2 — Níveis classificativos: Elevado: 20 valores; Bom: 16 valores; Suficiente: 12 valores; Reduzido: 08 valores; Insuficiente: 04 valores.

A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de selecção equivale à desistência do concurso;

16 — Presidente: Técnica Superior (Eng.ª) Fernanda Maria da Silva Duarte Moura.

Vogais efectivos: Encarregado Operacional, Alberto Manuel Pereira e Assistente Técnica, Luísa Isabel Pereira Gonçalves

Vogais suplentes: Director de Departamento (Eng.) Carlos Manuel Gonçalves Sampaio Pedroso e Técnico Superior (Eng.) Pedro Jorge da Silva.

O primeiro vogal efectivo substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

17 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação do método de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valorização do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

18 — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas

nas alíneas a), b), c), ou d) do n.º 3 do artigo 30.º, para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

19 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para a realização dos métodos de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas do n.º 3 do artigo 30.º acima mencionado.

20 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos será publicada no Átrio dos Paços do Município, no site do Município (www.sines.pt), bem como remetida a cada concorrente por correio electrónico ou ofício registado, em data oportuna, após aplicação dos métodos de selecção.

21 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

21.1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar nos processos de selecção, nos termos do diploma supramencionado.

28 de Abril de 2009. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

301758708

Declaração de rectificação n.º 1371/2009

Para os devidos efeitos, se torna público que, por lapso, o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 20, de 29 de Janeiro de 2009, referente ao Concurso Interno de Acesso Limitado para um lugar de Técnico Superior de Serviço Social Principal.

Assim, onde se lê «deve apresentar-se a tomar posse do lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*», deve lêr-se «por urgente conveniência de serviço, a partir da data da nomeação».

19 de Março de 2009. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

301790898

Declaração de rectificação n.º 1372/2009

Para os devidos efeitos, se torna público que, por lapso, o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 20, de 29 de Janeiro de 2009, referente ao Concurso Interno de Acesso Limitado para um lugar de Técnico Superior de Sociologia Principal.

Assim, onde se lê «deve apresentar-se a tomar posse do lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*», deve lêr-se «por urgente conveniência de serviço, a partir da data da nomeação».

19 de Março de 2009. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

301790702

Declaração de rectificação n.º 1373/2009

Para os devidos efeitos, se torna público que, por lapso, o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 20, de 29 de Janeiro de 2009, referente ao Concurso Interno de Acesso Geral para quatro lugares de Assistente Administrativo Principal.

Assim, onde se lê «deve apresentar-se a tomar posse do lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*», deve lêr-se «por urgente conveniência de serviço, a partir da data da nomeação».

19 de Março de 2009. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

301791001

Declaração de rectificação n.º 1374/2009

Para os devidos efeitos, se torna público que, por lapso, o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2009, referente ao Concurso Interno de Acesso Limitado para um lugar de Tesoureiro Especialista.

Assim, onde se lê «deve apresentar-se a tomar posse do lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da*

República», deve ler-se «por urgente conveniência de serviço, a partir da data da nomeação».

19 de Março de 2009. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

301791237

Declaração de rectificação n.º 1375/2009

Para os devidos efeitos, se torna público que, por lapso, o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2009, referente ao Concurso Interno de Acesso Limitado para um lugar de Fiscal Municipal Especialista Principal.

Assim, onde se lê «deve apresentar-se a tomar posse do lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*», deve ler-se «por urgente conveniência de serviço, a partir da data da nomeação».

19 de Março de 2009. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

301791318

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso n.º 10250/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, notifica-se Hélder Manuel Pinto da Costa, trabalhador em funções públicas do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sintra, de que no âmbito do processo disciplinar n.º 808/2008, e por deliberação de câmara de 11 de Março de 2009, foi-lhe aplicada a pena disciplinar de demissão, ao abrigo do disposto no artigo 3.º n.º 1 alíneas e) e i), artigo 9.º n.º 1 alínea d), artigo 10.º, n.º 5, artigo 11.º n.º 4 e artigo 18.º, n.º 1 alínea g) do Estatuto Disciplinar e artigo 3.º, n.º 2, parte final da Lei n.º 58/2008.

A pena produzirá efeitos 15 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos previstos na parte final do artigo 59.º do Estatuto Disciplinar aprovado pela Lei n.º 58/2008, e n.º 1 do artigo 4.º do diploma preambular.

13 de Maio de 2009. — O Presidente da Câmara, *Fernando Robredo Seara*.

301791731

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Edital n.º 548/2009

Projecto de regulamento de autorização municipal de instalação de infra-estruturas de suporte de estações de radiocomunicações:

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, torna público que, por deliberação desta Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 12 de Maio de 2009, e para cumprimento do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, está aberto, durante 30 dias, Inquérito Público sobre o Projecto de Regulamento referenciado em título, cujo prazo se inicia no dia imediato à publicação no *Diário da República*.

Mais torna público, que quaisquer sugestões/recomendações poderão ser apresentadas por escrito, no Balcão de Atendimento do Edifício da Câmara Municipal, sito na Avenida de 5 de Outubro em Torres Vedras, por correio, ou através de correio electrónico para o endereço geral@cm-tvedras.pt.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, Acácio Manuel Carvalho Cunha, Director de Departamento Administrativo e Financeiro, o subscrevi.

13 de Maio de 2009. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

Projecto de Regulamento de Autorização Municipal de Instalação de Infra-Estruturas de Suporte de Estações de Radiocomunicações

Nota Justificativa

Considerando que o Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, veio estabelecer o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de